



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

JULHO DE 1996
Nº 112

Seminário de Regulamentação do Petróleo foi uma farsa

O Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizaram, em março último, o seminário **A Nova Regulamentação da Indústria do Setor Petróleo no Brasil**. O objetivo era elaborar um documento com as conclusões do encontro para ser encaminhado ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O seminário não foi divulgado devidamente no sistema Petrobras, apesar de sua importância, dada a abordagem do tema crucial para a empresa e para a sociedade. A AEPET se fez representar no encontro através do seu presidente, Fernando Siqueira; do vice-presidente, Ricardo Maranhão e do presidente do Núcleo-BA, Alexandre Gomes. Ao final, constatou-se que a programação foi tendenciosa, propiciando uma discussão unilateral. Várias perguntas foram censuradas, mas, mesmo assim, a AEPET colocou 51 das 75 perguntas feitas. Infelizmente, mais uma vez perdeu-se um excelente espaço para uma discussão séria, responsável e democrática.

Uma programação tendenciosa para uma discussão unilateral. Assim podemos classificar o seminário "A Nova Regulamentação da Indústria do Setor Petróleo no Brasil", realizado de 4 a 6 de março, no Hotel Intercontinental, Rio de Janeiro. O evento, promovido pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, contou com a participação de pessoas que, além de defenderem publicamente a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, fechavam-se a qualquer questionamento que pusesse em risco suas teses arbitrárias. Desta forma, tivemos palestras da Shell, Exxon, Pecten, Texaco, Repsol (Espanha), Mobil, Enap (Chile), Amoco, Arthur D. Little, e do Dep. Inal de Londres. De cada seção ou mesa redonda, participava ainda um representante de uma empresa "brasileira" (Odebrecht, Atlantic, Sindicom, etc.) e, eventualmente, um gerente da Petrobras, cujo cargo está nas mãos do presidente FHC. A idéia do seminário era gerar subsídios para o projeto governamental de regulamentação do setor.

De empresas nacionais não constou da mesa sequer a Azevedo Travassos, que vem fazendo um trabalho sério na área de petróleo. O que mais causa estranheza é que

em um seminário que visa discutir a regulamentação do setor e gerar subsídios para que o Governo envie seu projeto ao Congresso, entidades importantes como a OAB, a ABI, a UFRJ, a Unicamp, o Clube de Engenharia e outras, foram completamente ignoradas. A presença destas entidades seria fundamental para dar um embasamento técnico e jurídico às discussões. Da mesma forma, a AEPET - que inscreveu três participantes pelo preço absurdo de R\$ 1 mil cada, numa tentativa de contrabalançar a equipe multinacional - foi proibida de fazer perguntas ao microfone, tendo que se restringir a perguntar por escrito, e submeter-se às limitações impostas. Várias das perguntas feitas foram censuradas, inclusive a dirigida ao representante da Exxon: "O Sr. sabia que a Petrobras não é 100% estatal e sim uma empresa de economia mista, com 400 mil acionistas minoritários?" A pergunta foi a propósito das exigências que ele fazia, como veremos adiante.

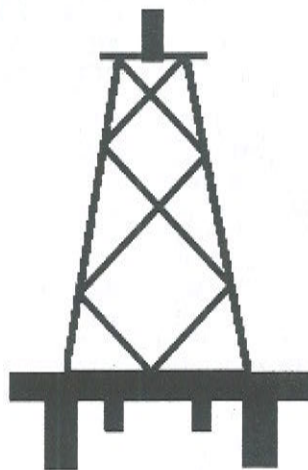
A censura foi novamente impos-

ta quando, em pergunta dirigida ao presidente da Shell, William Goebel, quisemos saber sobre que consequências ocorreriam em seu país (Holanda) se, num momento de greve crítica, uma empresa estrangeira causasse falta de combustíveis. E mais: quais seriam as reações se essa mesma empresa sonegasse

imposto e manipulasse fretes para produzir lucros indevidos? As arbitrariedades não pararam por aí. Outra pergunta feita pela AEPET e, autoritariamente censurada, foi a dirigida ao presidente da Pecten, Bruce E. Bernard, em que questionávamos o posicionamento defendido por aquele senhor, segundo o qual, "as empresas

multinacionais de petróleo só virão se obtiverem muitas vantagens". Perguntamos então: "O Sr. não acha fácil demais investir assim, sem nenhum risco? Por que não atuar nas mesmas condições da Petrobras, conseguindo ótimos resultados? Com vantagens - acrescentamos - não é vantagem".

(Continua na página 4)



AS PERGUNTAS DA AEPET

A seguir, apresentamos algumas perguntas formuladas pela AEPET aos participantes do seminário:

Perguntas ao Sr. João Pedro Gouvêa Vieira Filho, presidente do Sindicom:

Fernando Siqueira (presidente da AEPET): O Sr. falou em abrir a importação de derivados. Existem várias refinarias ociosas no Caribe. A Venezuela refina 1,2 bilhão de barris/dia e só consome 450 mil barris, sobrando 750 mil. Portanto, há uma sobra crescente no mercado externo. O Sr. acha que abrindo a importação haverá um *dumping* natural, acabando com o parque de refino brasileiro e gerando desemprego?

Resposta: A Petrobras tem que ter o direito de, nesse período, se adaptar, inclusive se for o caso de modernizar ou ainda fechar uma ou outra refinaria que seja antieconômica para ter condições de competir. O governo brasileiro é o responsável pelo *dumping*, através do Cade

ou da agência de petróleo que vier a ser criada. Não advogo a criação de um imposto de importação. Se necessário, dada a realidade de ameaça de *dumping*, talvez até o governo, em uma fase transitória, possa implementar o imposto de importação. O governo tem várias ferramentas para proteger as empresas que estão instaladas no Brasil contra *dumping* como existe em todas as outras atividades industriais do mundo.

Alexandre Gomes (AEPET-BA): Se o Sindicom considera obsoletos e antieconômicos os atuais modais de transporte, por que solicitar livre acesso às instalações existentes ao invés de investir nas estruturas identificadas como mais competitivas, adequando, assim, em uma economia estável, uma estrutura que reduz custo final para o consumidor?

Resposta: O que o Sindicom mencionou é que todas as empresas do mercado deverão ter acesso aos modais. Nós não mencionamos nenhum modal obsoleto. Dissemos que o governo tinha imposto condições de localização de bases com uma racionalidade mais política do que econômica. Ressaltamos que a Petrobras terminou de construir os primeiros polidutos no interior e que esta é a forma mais barata de transferir produtos. É claro que

as empresas devem ter o direito de construção desses polidutos. Mas como, evidentemente, isso tudo está nas mãos da Petrobras, o acesso aos polidutos tem que ser aberto. Caso contrário, só a Petrobras, que é proprietária dos polidutos, poderá abastecer o interior, onde não haverá competição.

Alexandre Gomes: Diante dos preços e margens fixados pelo governo, e dada a possibilidade de modificar essa situação, através da nova lei de regulamentação do setor petróleo, o Sindicom propõe uma estrutura de preços, como, por exemplo, a adotada nos EUA? É possível citar outros exemplos de estrutura de preços?

Resposta: Nós defendemos, como objetivo final da política de abertura, estrutura de preços em cadeia. Eu desconheço, em um regime de livre preço, a existência de estrutura. O que se está advogando para o Brasil é o conceito de preços livres.

Fernando Siqueira: Hoje, a Petrobras importa petróleo para as refinarias Ipiranga e Mangueiras. No período de inflação alta, ela importou petróleo a US\$ 20 o barril e recebeu, 35 dias depois, em moeda nacional, US\$ 12 por barril. Como vão sobreviver as refinarias sem o subsídio atual que a Petrobras concede por ordem do DNC/MME?

Resposta: A pergunta sobre refinarias privadas não caberia ao Sindicom. O Sindicom não tem nada a ver com refinarias. Talvez pelo fato de eu ser da Ipiranga, esta pergunta tenha sido colocada. Realmente, as refinarias particulares tiveram sua capacidade limitada quando da implantação do monopólio. É indiscutível, com a escala que elas têm, serem competitivas com as refinarias existentes. É um enorme desafio. E eu não tenho resposta.

Perguntas ao Sr. Jorge Segrelles, diretor geral de Relações Externas da Repsol S/A, Espanha:

Alexandre Gomes: O Sr. mostrou que a política de preços livres não é aplicada a todos os derivados. Na Espanha, os pre-

ços do GLP, óleo diesel e gasolina têm política de preços máximos. Os preços livres são praticados apenas ao querosene de aviação, asfalto, óleo combustível para navios e lubrificantes. O Sr. aconselharia a liberação total dos preços em seu país?

Resposta: Existem produtos que estão sujeitos aos preços máximos. É uma prática admitida na Comunidade Européia e aplicada em mais de um país. A administração espanhola considera prematura uma universalidade total de preços, ainda que algumas companhias petrolíferas tenham solicitado.

Fernando Siqueira: Os países com monopólio estatal detêm cerca de 90% do petróleo do mundo. Quem não tem reserva não precisa de monopólio estatal para preservar. Quais são as reservas da Espanha (em percentuais relativos às reservas mundiais)?

Resposta: O monopólio espanhol não foi constituído com a idéia de preservar reservas, mas sim com a idéia de assegurar sua entrada no mercado, dirigir e educar uma política energética e manter o consumo interno. As reservas da Espanha são da ordem de 600 milhões de barris, ou 0,06% das reservas mundiais.

Fernando Siqueira: Para haver abertura, como na Espanha, é preciso que haja discussões fortes e independentes. O que aconteceria na Espanha se fosse comprovado que as empresas estrangeiras, durante uma greve difícil para o setor, fizessem faltar combustível e GLP para jogar a opinião pública contra os trabalhadores, visando à quebra do monopólio?

Resposta: Desde 1992 existe como determinação que as empresas mantenham estoques estratégicos de abastecimento, equivalente a 30 dias de consumo.

Ricardo Maranhão (vice-presidente da AEPET): Após a privatização/reestruturação da Repsol, quem afinal controla o grupo: capitais espanhóis ou capitais internacionais? O governo espanhol tem alguma forma especial de controlar as decisões estratégicas da companhia?

Resposta: Os maiores sócios individuais da Repsol são os americanos, com 25% do capital. Em segundo lugar estão os acionistas europeus, em especial os ingleses, com 22% das ações. O restante está pulverizado entre pequenos acionistas espanhóis.

AS PERGUNTAS DA AEPET

Perguntas ao Sr. Marcelo Castilho da Silva, superintendente geral do Departamento Comercial da Petrobras:

Bautista Vidal (consultor, afinado com as teses nacionalistas da AEPET): O Sr. falou que nos EUA a gasolina custa US\$ 0,31 e aqui US\$ 0,50. Mas lá o refinador recebe 60% de cada litro vendido, cerca de US\$ 0,22, e, aqui, a Petrobras recebe menos de US\$ 0,08. Como a Petrobras sobrevive nesse absurdo?

Ricardo Maranhão: A participação da Petrobras na receita proveniente das vendas de gasolina caiu, nos últimos seis, sete anos, de US\$ 0,30 por litro para US\$ 0,08 por litro. Se voltássemos aos US\$ 0,30, quanto o Sr. estima que seria a receita adicional da Petrobras? Isso não eliminaria o argumento da falta de

recursos da Petrobras?

Ricardo Maranhão: Qual a sua opinião sobre o subsídio à nafta petroquímica, uma vez que essa indústria já tem mais de 15/20 anos, está consolidada, toda privada e competitiva? Qual é o valor atual concedido pela Petrobras?

Ricardo Maranhão: A política de acabar com a equalização dos preços não bate de frente com o objetivo constitucional de equilibrar as disparidades regionais. Não teremos maior concentração de renda e riqueza nas regiões mais ricas do País?

Respostas do Sr. Marcelo Castilho, que respondeu de forma genérica: *A gasolina carrega subsídios importantes que nem sempre são claros para a sociedade. Nós temos condições de baixar os preços da*

gasolina, ficar competitivos com os EUA. A questão é o subsídio, um problema que a Petrobras tem que resolver. Somados os subsídios, chegamos a US\$ 1,5 bilhão ao ano, o que equivale a uma refinaria nova por ano. Se a Petrobras tem condi-

ções de investir? Sim, teria, se não arcassem com tantos subsídios. A questão do álcool, inclusive, está implícita nisso. Em qualquer processo de regulamentação, a questão das

disparidades regionais deverá ser levada em consideração, sob pena de se perder investimentos. Por isso, também defendo a reforma tributária, envolvendo os governos estaduais, na questão da isenção tributária, e na redução do ICMS. Quem é que vai querer instalar-se em Curitiba, se pode se instalar em São Paulo, se não forem os incentivos fiscais?

"Não teremos maior concentração de renda e riqueza nas regiões mais ricas do País?"

Outras perguntas

Fernando Siqueira, para o Sr. Marcelo Castilho: As transnacionais que aqui falaram exigiram uma série de vantagens e condições para investir no País. Na sua opinião, a Petrobras seria capaz de realizar um excelente trabalho se apenas lhe dessem um contrato de gestão sério onde ela pudesse agir como empresa privada, como diz a lei, e lhe fossem cobrados resultados, sem nenhuma das vantagens mencionadas, apenas corrigindo a estrutura de preços que a penaliza em favor dos distribuidores?

Fernando Siqueira: Todos os problemas da Petrobras se resumem em dois pontos principais: manipulação da estrutura de preços pelo DNC - em 1989, a Petrobras recebia US\$ 0,30 por litro de gasolina entregue nas portas das refinarias. Este valor caiu para menos de US\$ 0,08 por litro. Segundo ponto: o subsídio do álcool. E ainda assim ela dá lucro. Eliminar estes dois problemas não seria menos arriscado do que abrir o mercado, dando vantagens, criando arbitragens internacionais e gerando desemprego?

Alexandre Gomes, para o Sr. Marcelo Castilho: Por que a Petrobras, através da BR Distribuidora, não ingressa no ramo de distribuição de GLP? Este ramo não é economicamente atrativo? Em um cenário de maior competitividade há na carteira comercial da Petrobras algum projeto de integrar a produção e a distribuição, reduzindo intermediários e transferindo esse benefício em menores preços para o consumidor?

Bautista Vidal, para o ministro Bresser Pereira: O presidente Fernando Henrique mandou carta ao Senado garantindo que não privatizaria a Petrobras. Agora, o Sr. abriu a

mesa redonda dizendo que está aberto o processo de privatização das telecomunicações, dos setores elétrico e de petróleo. O que está havendo? Não vale mais o compromisso do presidente?

Fernando Siqueira, para o Sr. Ricardo Pinto Pinheiro, do DNC/MME: Como o órgão regulador pode ser estruturado de forma a impedir desabastecimento provocado por distribuidoras de combustível e de gás, sonegação de ICMS e manipulação do FUP (Frete de Unificação de Preços)?

Fernando Siqueira, para o Sr. João Geraldo Piquet Carneiro: As empresas estatais iam bem até que o governo resolveu usá-las para pagar a dívida do setor privado. Agora, os dois setores estão desmantelados - em São Paulo, as falências batem o recorde histórico. Qual o segredo do seu otimismo?

Bautista Vidal, para o Sr. Peter Greiner: Se o Sr. reconhece que cada 1% de atraso causado ao investidor resulta em 3% no preço ao consumidor, por que o governo criou, segundo o Dr. Osires Silva, 37 constrangimentos para as estatais?

Fernando Siqueira, para o Sr. John Brooks: O seu departamento sempre foi flexível, ou esta flexibilidade aumentou na medida em que a descoberta dos novos e grandes campos se tornou mais difícil? Qual o grau de autonomia técnica e política para suas decisões? Quem as aprova? Como são escolhidos os integrantes do seu departamento? Têm mandato fixo?

Fernando Siqueira, para o Sr. Peter Greiner: Em que o Sr. se baseia para dizer que o exemplo do monopólio através da Petrobras custou

mais caro? Os nossos dados são diferentes: ela não usa um centavo do governo há mais de 20 anos; recolhe aos Estados US\$ 6 bilhões por ano, o dobro do que recolhe o sistema financeiro; investiu no País US\$ 80 bilhões em 40 anos, mais do que todas as multinacionais em 100 anos, em todas as áreas de atuação; economizou US\$ 220 bilhões de divisas, gerou dois milhões de empregos e tecnologia. Em que ela foi mais cara? Que setor privado faria melhor?

Fernando Siqueira, para o representante da AMOCO, Sr. David R. Marsh. PERGUNTA CENSURADA: O Sr. afirmou que a Petrobras tem que ser competitiva para atrair investimentos para o País, na área de petróleo. Posso lhe garantir que, pelo número de lobistas das multinacionais que vi atuando no Congresso não precisaria muito. O Brasil tem hoje 11 bilhões de reservas, com perspectivas de chegar a 30 bilhões. Estas reservas são maiores do que as das seis irmãs individualmente. Por competitividade, o Sr. quer dizer dar vantagens? Com vantagens, a Petrobras resolve fácil. Eu gostaria de vê-los enfrentando as condições adversas que a Petrobras enfrenta e, mesmo assim, consegue ser competente.

Fernando Siqueira, para o Sr. Carlos Roberto, vice-presidente da World Invest Empreendimentos e Participações. PERGUNTA CENSURADA: O Sr. apregoa a inexistência de um órgão regulador para o setor petróleo. A energia é subordinada ao MME, cujo ministro é hoje aliado do senador Antônio Carlos Magalhães. Sem órgão regulador, como serão resolvidos os problemas de energia? No sopapo?

Questionamento da AEPET no seminário incomodou participantes

(continuação da primeira página)

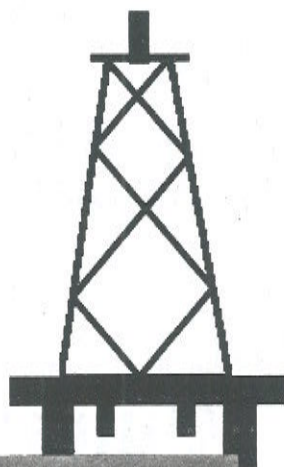
Outra pergunta formulada, lida mas impedida de ser respondida, foi dirigida ao representante do DNC, atual órgão regulador que será reestruturado para as novas condições. Queríamos saber qual será a capacidade reguladora no futuro, já que a atual é muito tendenciosa. Cabe aqui lembrar que um ex-diretor desse mesmo órgão, Paulo Motoki, foi demitido porque tinha como assessor para a reestruturação um preposto da Shell. A pergunta: "Durante a greve dos petroleiros, o DNC constatou que a Shell só retirou 50% do total das suas cotas de álcool, diesel e gasolina em São Paulo, onde houve desabastecimento. O TCU constatou que as distribuidoras de gás foram as responsáveis pela falta do produto no mercado. Considerando a gravidade dessas atitudes, quais são as providências que o órgão regulador está tomando para apurar e punir os culpados? Como evitar que isto se repita no futuro?"

O censor: o Sr. Paulo Guilherme de Aguiar Cunha, presidente do Grupo Ultra, que controla uma distribuidora de GLP, e era o presidente da mesa na ocasião.

Com todas as limitações, a AEPET colocou 51 perguntas, num total de 75 questões formuladas. O fato foi motivo de observação tendenciosa de alguns organizadores, que classificaram a participação da AEPET como "monopólio das perguntas". Nosso objetivo, no entanto, foi o de tentar esclarecer questões que vinham sendo colocadas de maneira unilateral, visando favorecer os que ali estavam defendendo os seus próprios interesses. Por exemplo: o representante da Exxon, Louis E. Smith, afirmou que os contratos devem ser muito flexíveis, sem prazos determinados nem controle burocrático, e que a Petrobras deve colocar as

suas instalações à disposição das empresas multinacionais. O mesmo senhor foi indagado se esse tipo de contrato é o que vigora na China, ou se lá, além do controle rigoroso, exige-se também uma contrapartida tecnológica profunda. A resposta:

"Sim, mas a China é outro país. Estamos falando do Brasil". Também foi questionado se, no caso de a Petrobras concordar com a liberação de suas instalações no País, haverá a contrapartida da Exxon, liberando igualmente suas instalações no exterior para a Empresa. Resposta: "Havendo possibilidade, pode-se negociar um preço."



"Várias perguntas ficaram sem resposta, como a feita ao representante da Exxon: O sr. sabia que a Petrobras não é 100% estatal e sim uma empresa de economia mista com 400 mil acionistas minoritários?"

A mesma tese, de que a Petrobras deve liberar seus dados para as multinacionais, foi defendida pelo representante do Reino Unido, John Brooks, pois, segundo ele, as informações são de propriedade da União. O curioso é que, ao ser indagado se este foi o critério utilizado pela British Petroleum quando privatizada, o mesmo senhor não apresentou resposta. Ao diretor da Petrobras Antônio Carlos Sobreira de Agostini, perguntamos: "Em entrevista ao jornal O GLOBO, a Shell afirmou que o Brasil precisaria investir US\$ 28 milhões em cinco anos para manter a produção em 50% do consumo. Mas a Petrobras aprovou

o seu plano quinquenal, onde vai investir US\$ 10 bilhões para chegar aos 90% do consumo. Quem está certo?" O diretor foi enfático: "Eu não entendo dos assuntos da Shell; logo, a Shell não deve entender muito de Petrobras. O certo é que,

investindo US\$ 10 bilhões em cinco anos, vamos chegar à produção de 1,5 milhão de barris/dia, ou cerca de 90% do consumo", disse o diretor, confirmando a conclusão da AEPET.

Outra pergunta feita ao diretor Agostini foi pelo fato dele ter dito que poderia haver uma abertura aqui nos mesmos moldes daquela realizada nos Estados Unidos, já que lá não

existem maiores problemas. A pergunta: "Dr. Agostini, no seu raciocínio, o Sr. levou em conta que as empresas privadas nos EUA são Exxon, Mobil, Texaco, Atlantic, Chevron, e que no Brasil as empresas "brasileiras" são: Esso, Texaco, Atlantic, Mobil, Chevron, Shell?"

Outra preocupação dizia respeito às refinarias privadas, sobre como ficariam as unidades de Manguinhos e da Ipiranga, no caso da venda da Petrobras. Argumentou-se que as mesmas refinarias são abastecidas pela Petrobras, que vende o petróleo em reais, recebendo 35 dias depois. Lembrou-se, inclusive, que, na época da inflação alta, a Empresa chegou a comprar petróleo a US\$ 20 o barril, recebendo em moeda nacional o equivalente a US\$ 12. Com a privatização da Petrobras, como iriam sobreviver essas refinarias? A pergunta foi direcionada ao presidente do Grupo Ipiranga, João Pedro Gouvêa Vieira Filho, que admitiu não ter resposta para a questão.

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: (021)220-4774 - Fax: (021)262-9224

■ Boletim da AEPET - Reprodução permitida

■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Lúcio Santos Assessoria de Comunicação - Tel.: (021)225-3043

Outras respostas

PREÇOS NA ESPANHA

Ivan Cieker (vice-diretor de Relações Externas da Repsol): Apesar da Espanha não ter monopólio e integrar a Comunidade Econômica Europeia, o governo daquele país estabelece uma política de preços máximos para o gás de cozinha, gasolina e óleo diesel. A liberdade de preços vale apenas para o asfalto, lubrificantes, óleos combustíveis para navios e querosene de aviação.

REFINARIA NO NORDESTE

Janet L. Stoner (Texaco) e Ray J. Kruep (Mobil): Nenhuma empresa estrangeira ou nacional do setor privado se interessa pelo projeto de uma refinaria de petróleo no Nordeste. A tendência mundial é o fechamento de refinarias. Atualmente, há capacidade de refino ociosa no Caribe, Golfo do México e Venezuela. Nos últimos cinco anos, nenhuma planta foi construída. Em média, as últimas refinarias construídas têm mais de 20 anos. (Além das evasivas da Shell, Amoco e Exxon, responderam textualmente e negativamente os representantes da Texaco e da Mobil).

REMESSAS DE DIVISAS

José Carlos Coutinho (ex-diretor da Braspetro): As remessas de divisas resultantes das atividades de produção de petróleo são taxadas em 25%, 30% e 30% nos EUA, Reino Unido e Inglaterra.

FISCALIZAÇÃO TERCEIRIZADA

Ricardo Pinto Pinheiro (diretor do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC): As atividades de fiscalização da

nova Agência Nacional do Petróleo serão terceirizadas. A fiscalização será compartilhada com distribuidores e revendedores de combustíveis.

CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Louis E. Smith (Exxon Exploration Company): Os contratos de exploração devem ser de longo prazo, de forma a garantir a produção até a exaustão do poço. O novo órgão regulador brasileiro não poderá impor nenhuma restrição produtiva não razoável. Se o governo quiser evitar a produção predatória, deve fazê-lo limitando o número de concessões. A exportação deve ser livre.

DÉFICIT PÚBLICO

Winston Fritsch: A Petrobras é a responsável por parte do déficit público.

PETROBRAS CREDORA DO GOVERNO

Aurílio Fernandes (diretor industrial da Petrobras): A Petrobras não tem nenhuma obra parada por falta de recursos ou quaisquer outros motivos. Há mais de 20 anos, a Petrobras não recebe um centavo do Tesouro Nacional e é credora do governo federal em US\$ 5,6 bilhões. Com relação a este acumulado e se extintos os subsídios ao álcool, GLP e nafta petroquímica, a Petrobras teria recursos suficientes para construir uma nova refinaria com capacidade de 200 mil barris diários, a

cada ano. Na condição de livre mercado, os subsídios ao álcool, gás de cozinha e nafta têm que ser extintos o mais rápido possível. A auto-suficiência no refino, na ótica empresarial de máximo lucro, não é uma meta a ser atingida. Durante os períodos de transição, as multinacionais do petróleo querem livre acesso aos dutos e terminais de tancagem da Petrobras para assegurar importação de derivados produzidos em outras regiões do mundo onde há capacidade ociosa de refino.

LICENÇAS NO REINO UNIDO

John R. V. Brooks (chefe da Divisão de Exploração e Licenciamento de Petróleo e Gás do DTI): As licenças para produção no Reino Unido têm que ser submetidas à aprovação do Senado. Além disso, o tempo de tramitação de uma licença para produção é de 15 meses.

Cartas marcadas

A dimensão da importância deste encontro pôde ser sentida pelo número de participantes, ao todo 445 inscritos, dos quais 79 eram estrangeiros. Os ministros Raimundo Brito e Bresser Pereira, os deputados federais Delfim Netto e Eliseu Resende, o presidente da Petrobras, Joel Rennó, o presidente da Shell do Brasil, William Goebel, o diretor do DNC Ricardo Pinheiro, além de representantes da Exxon, Pecten, Amoco, Repsol da Espanha, PDVSA-Venezuela, YPF-Argentina, diretores da Petrobras e empresários da área petroquímica, entre outros.

As conclusões (Deles)

Dentre as conclusões do painel Exploração e Produção, listam-se que:

1. Os investidores têm interesse na exploração de óleo e gás;
2. Tipo de contrato não é importante (concessões ou partilhas de produção);
3. Regras contratuais e fiscais devem ser estáveis;
4. Deve haver flexibilidade para atividades (*upstream and downstream*);
5. Prazos devem ser compatíveis com áreas e riscos envolvidos (contratos de longa duração);
6. Não deve haver incidência de impostos sobre a receita bruta;
7. Investidores só aceitam impostos sobre os resultados (lucros);
8. As transações devem ser em moeda estável;
9. O óleo aqui produzido deve ser livre para exportação;
10. Os contratos deverão ser submetidos à arbitragem internacional.

Projetos de regulamentação

O Executivo está apresentando o projeto de regulamentação do petróleo ao Congresso Nacional. Outros projetos, sabemos, no entanto, foram apresentados em contraposição: os de números 1.210, do deputado Luciano Zica (PT-SP); 1.319, do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ); 1.386, dos deputados Eduardo Mascarenhas e Márcio Fortes (PSDB-RJ); e o projeto do deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA).

A AEPET tem participado ativamente deste processo, no sentido de mostrar as contradições entre a exposição de motivos encaminhada quando da apresentação da proposta da flexibilização do monopólio ao Legislativo.

As empresas estrangeiras têm interesse na exploração do óleo aqui produzido e que eventuais pendências contratuais sejam submetidas a uma corte jurídica internacional - um fórum externo para recurso, em caso de impasses.

Neste particular, o destaque foi

para a estabilidade das regras, não importando se os contratos serão de concessões ou partilhas de produção.

Os potenciais investidores alemães que as taxas devam incidir sobre o lucro líquido e não sobre as receitas. Entretanto, este é um ponto bastante preocupante, pois, a depender da metodologia contábil empregada, o lucro líquido pode ser reduzido ou mesmo desaparecer.

Na condição de livre mercado, os subsídios ao álcool, gás de cozinha e nafta têm que ser extintos o mais rápido possível.

A auto-suficiência no refino, na ótica empresarial de máximo lucro, não é uma meta a ser atingida. Durante os períodos da transição, as multinacionais do petróleo querem livre acesso aos dutos e terminais de tancagem da Petrobras para assegurar importação de derivados produzidos entre outras regiões do mundo onde há capacidade ociosa de refino.

Os organizadores

O seminário *A Nova Regulamentação da Indústria do Setor Petróleo no Brasil*, realizado no período de 4 a 6 de março, no Hotel Intercontinental, pecou pela forma tendenciosa como abordou questões que dizem respeito a uma empresa que ocupa atualmente o 15º lugar entre as maiores companhias petrolíferas do mundo. Entre os organizadores do evento, encontramos ex-petroleiros que defendem abertamente a quebra do monopólio estatal do petróleo, e até a privatização da Petrobras.

Senão, vejamos: o Sr. Milton Franke, há anos superintendente de vários departamentos da Petrobras, é conhecido pelo seu inglorio empenho em ser nomeado diretor. Certa vez, voltando de um debate em Belém, disse a Fernando Siqueira: "Você não acha que um funcionário que ocupou os cargos que ocupei, tendo as condições de ser diretor e não conseguindo, deve ir para uma empresa concorrente e brigar contra a Petrobras?" Ao que Fernando Siqueira respondeu: "Depende do caráter de cada um". "Até porque" - continuou - "quem nomeia são as pessoas e não a Empresa".

Quanto ao Sr. Armando Guedes, ex-presidente da Petrobras no período em que surgiram as acusações de corrupção contra o general Albérico Barroso, devemos lembrar que ele tentou abafar o escândalo, submetendo-se, de forma lamentável, àquele general. O militar foi banido da Empresa, e Guedes, desgastado, foi para a FCC. Uma vez lá, declarou a um antigo protetor: "Agora vou ganhar dinheiro. Este negócio de vestir camisa já era", teoria esta que continua a defender tanto no Grupo Suzano quanto no seminário recém-realizado.

Cada vez que você põe R\$ 25,00 de gasolina no seu carro, cerca de R\$ 5,00 vão para a Companhia Distribuidora. Usando postos da Petrobras, eles serão investidos no Brasil e em você. E para onde iria esta quantia se o posto não fosse da Petrobras?